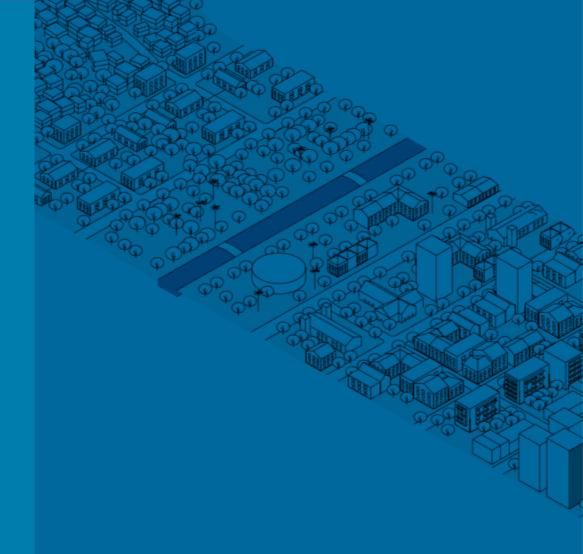
## O RECIFE QUE QUEREMOS

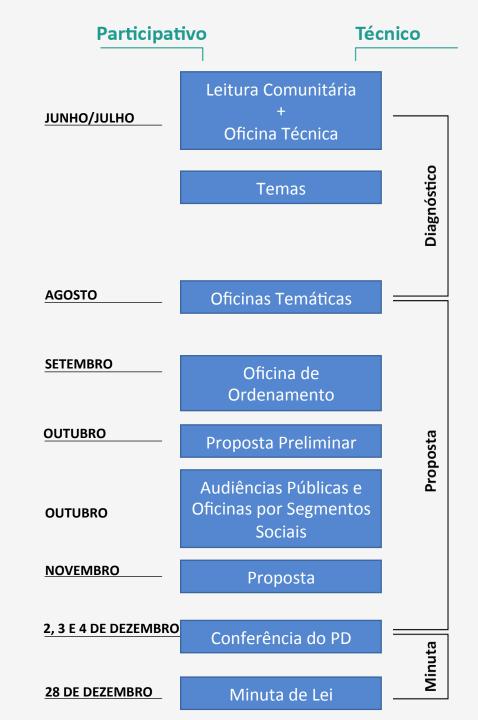
CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS ESTRATÉGIAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Devolutivas das Leituras Comunitárias e Oficinas Temáticas





#### **NOSSO CAMINHO**



### LEITURA COMUNITÁRIA – Questões Recorrentes



Durante a fase da Leitura Comunitária, foram recebidas **12.601 contribuições**, sendo 1.789 questões apresentadas nas atividades presenciais e 10.812 através de consultas virtuais.

Essas contribuições foram sistematizadas para, depois, serem agrupadas por temas e debatidas nas Oficinas Temáticas.

Questões		
Comércio informal nas calçadas	<b>V</b>	<b>V</b>
Falta de comércio e/ou serviço	<b>~</b>	<b>/</b>
Área de comércio/feira livre desorganizada	<b>~</b>	<b>/</b>
Hortas Comunitárias	<b>/</b>	
Territórios de Pesca desvalorizados	<b></b>	
Palafitas	<b></b>	<b>/</b>
Falta de opções de moradia popular	<b>~</b>	<b>/</b>
Pessoas que moram em comunidades que ainda não são reconhecidas como ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social)	<b>~</b>	~
Falta de equipamentos urbanos e sociais (saúde, educação, assistência social, creches, esporte, cultura, lazer)	<b>~</b>	~
Área com necessidade de regularização fundiária (moradores não têm o título de propriedade de suas casas)	<b>~</b>	<b>~</b>
Imóvel histórico vazio/abandonado	<b>/</b>	<b>/</b>
Imóvel histórico degradado	<b>/</b>	<b>/</b>
Imóvel não reconhecido pelo Poder Público como patrimônio	<b>/</b>	<b>/</b>
Manifestação cultural não valorizada	<b>/</b>	<b></b>
Terrenos/imóveis vazios e/ou sem uso	<b></b>	<b>/</b>
Bairro muito verticalizado	<b>~</b>	<b>/</b>
Moradores que sofrem pressão para saírem de seus bairros/comunidades por conta da valorização do terreno/imóvel	<b>~</b>	~
Especulação Imobiliária	<b></b>	

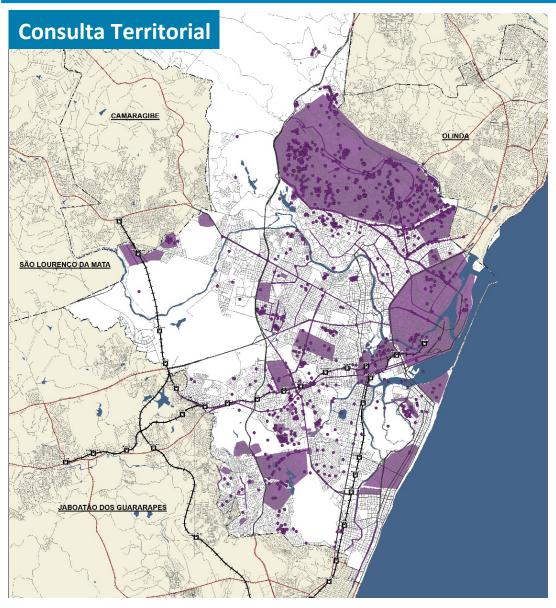
## LEITURA COMUNITÁRIA – Questões Recorrentes

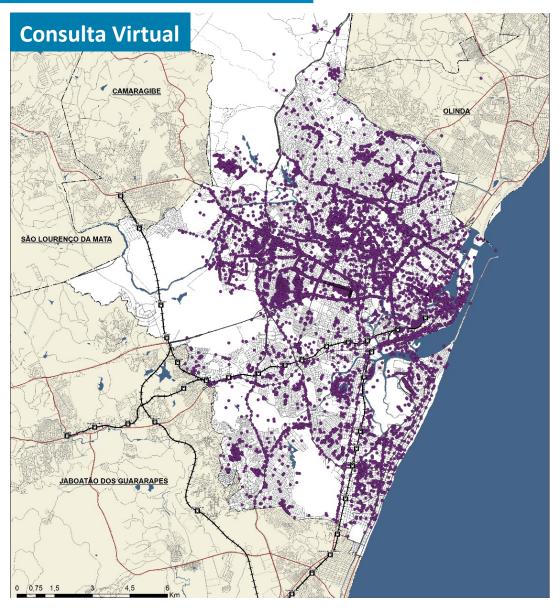




	- Consulta t	
Questões		₽.
Área apresenta risco de deslizamento	<b>/</b>	<b>/</b>
Rio ou córrego poluído	<b>/</b>	<b>/</b>
Poucas árvores/Sensação de Calor	<b>/</b>	<b>/</b>
Área degradada ou com entulhos	<b>~</b>	
Não existe coleta de esgoto (casas com fossa)	<b>/</b>	<b>/</b>
Pessoas que moram em áreas de risco ou em condições precárias (deslizamento, alagamento, palafitas)	<b>~</b>	<b>~</b>
Esgoto vai direto para rios ou córregos	<b>~</b>	<b>/</b>
Ocupação nas margens de rios ou córregos	<b>/</b>	<b>/</b>
Não tem água o tempo todo	<b>/</b>	<b>/</b>
Não tem coleta de lixo regular ou seletiva ou coleta insuficiente	<b>/</b>	<b>/</b>
Ocupação em áreas de preservação ambiental	<b>~</b>	<b>/</b>
Poucas linhas de ônibus atendem o bairro/comunidade	<b>/</b>	
Escadarias são ruins	<b>/</b>	<b>/</b>
Quando chove alaga	<b>~</b>	<b>/</b>
Calçadas estreitas/esburacadas	<b>~</b>	<b>~</b>
Área de alagamento próxima à rios ou córregos	<b>~</b>	<b>/</b>
Não tem ciclovia/ciclofaixa	<b>/</b>	<b>/</b>
Não tem calçada	<b>/</b>	<b>/</b>
Não tem acessibilidade	<b>/</b>	<b>/</b>
Viagem de ônibus é demorada por conta do trânsito	<b>~</b>	
Área apresenta risco de alagamento	<b> </b>	<b>/</b>
Não tem acessibilidade para cadeirantes	<b>~</b>	
A área é deserta /perigosa em alguns horários	<b>~</b>	<b>/</b>
Via com falta de acessibilidade	<b>~</b>	
Viagem de ônibus demorada por conta do trânsito	<b>~</b>	<b></b>

## **Mapeamento Participativo**





1.789 indicações

10.812 indicações



As contribuições foram agrupadas por temas e foram avaliadas as que poderiam ter rebatimento no Plano Diretor.

Questões		
Comércio informal nas calçadas	<b>✓</b>	<b>/</b>
Falta de comércio e/ou serviço	<b>~</b>	<b>~</b>
Área de comércio/feira livre desorganizada	<b>~</b>	<b>~</b>
Hortas Comunitárias	<b>~</b>	
Territórios de Pesca desvalorizados	<b>~</b>	
Palafitas	<b>/</b>	<b>~</b>
Falta de opções de moradia popular	<b>/</b>	<b>~</b>
Pessoas que moram em comunidades que ainda não são reconhecidas como ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social)	<b>~</b>	<b>~</b>
Falta de equipamentos urbanos e sociais (saúde, educação, assistência social, creches, esporte, cultura, lazer)	<b>✓</b>	<b>~</b>
Área com necessidade de regularização fundiária (moradores não têm o título de propriedade de suas casas)	<b>✓</b>	<b>✓</b>
Imóvel histórico vazio/abandonado	<b>/</b>	<b>/</b>
Imóvel histórico degradado		<b>V</b>
Imóvel não reconhecido pelo Poder Público como patrimônio	<b>-</b>	<b>V</b>
Manifestação cultural não valorizada	<b>-</b>	<b>V</b>
Terrenos/imóveis vazios e/ou sem uso	<b>~</b>	<b>~</b>
Bairro muito verticalizado	<b>~</b>	<b>~</b>
Moradores que sofrem pressão para saírem de seus bairros/comunidades por conta da valorização do terreno/imóvel	<b>~</b>	<b>~</b>
Especulação Imobiliária	<b>~</b>	

## **TEMAS**







Questões		
Área apresenta risco de deslizamento	<b>-</b>	<b>/</b>
Rio ou córrego poluído	<b>/</b>	<b>V</b>
Poucas árvores/Sensação de Calor		<b>V</b>
Área degradada ou com entulhos	<b>-</b>	<b>/</b>
Não existe coleta de esgoto (casas com fossa)	<b>V</b>	<b>V</b>
Pessoas que moram em áreas de risco ou em condições precárias (deslizamento, alagamento, palafitas)	<b>/</b>	~
Esgoto vai direto para rios ou córregos	<b>V</b>	<b>V</b>
Ocupação nas margens de rios ou córregos		<b>V</b>
Não tem água o tempo todo	<b>/</b>	<b>V</b>
Não tem coleta de lixo regular ou seletiva ou coleta insuficiente		<b>V</b>
Ocupação em áreas de preservação ambiental		<b>V</b>

## **TEMAS**









Questões		
Poucas linhas de ônibus atendem o bairro/comunidade	<b>/</b>	
Escadarias são ruins	<b>~</b>	<b>~</b>
Quando chove alaga	<b>/</b>	<b>~</b>
Calçadas estreitas/esburacadas	<b>/</b>	<b>~</b>
Área de alagamento próxima à rios ou córregos	<b>/</b>	<b>/</b>
Não tem ciclovia/ciclofaixa	<b>/</b>	<b>/</b>
Não tem calçada	<b>~</b>	<b>/</b>
Não tem acessibilidade	<b>~</b>	<b>/</b>
Viagem de ônibus é demorada por conta do trânsito	<b>~</b>	
Área apresenta risco de alagamento	<b>~</b>	<b>~</b>
Não tem acessibilidade para cadeirantes	<b>~</b>	
A área é deserta /perigosa em alguns horários	<b>~</b>	<b>~</b>
Via com falta de acessibilidade	<b>~</b>	
Viagem de ônibus demorada por conta do trânsito	<b>~</b>	<b>~</b>

#### **TEMAS**





As contribuições com possibilidade de rebatimento no PD foram agrupadas por temas, que geraram as Oficinas Temáticas.

#### DESENVOLVIMENT O ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E INCLUSÃO SOCIAL

- Comércio informal nas calçadas
- Falta de comércio e/ou serviço
- Área de comércio/feira livre desorganizada
- Hortas Comunitárias
- Territórios de Pesca desvalorizados

#### EQUIDADE SOCIOTERRITORIAL, HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

- Palafitas
- Falta de opções de moradia popular
- Pessoas que moram em comunidades que ainda não são reconhecidas como ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social)
- Falta de equipamentos urbanos e sociais (saúde, educação, assistência social, creches, esporte, cultura, lazer)
- Área com necessidade de regularização fundiária (moradores não têm o titilo de proprietários de suas casas)

#### PATRIMÔNIO CULTURAL

- Imóvel histórico vazio/abandonado
- Imóvel histórico degradado
- Imóvel não reconhecido pelo Poder Público como patrimônio
- Manifestação cultural não valorizada

#### PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA, FUNÇÃO SOCIAL E FINANCIAMENTO URBANO

- Terrenos/imóveis vazios e/ou sem uso
- Bairro muito verticalizado
- Moradores que sofrem pressão para saírem de seus bairros/comunidades por conta da valorização do terreno/ imóvel
- Especulação Imobiliária





#### MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SANEAMENTO AMBIENTAL

- Área apresenta risco de deslizamento
- Rio ou córrego poluído
- Poucas árvores/Sensação de Calor
- Área degradada ou com entulhos
- Não existe coleta de esgoto (casas com fossa)
- Pessoas que moram em áreas de risco ou em condições precárias (deslizamento, alagamento, palafitas)
- Esgoto vai direto para rios ou córregos
- Ocupação nas margens de rios ou córregos
- Não tem água o tempo todo
- Não tem coleta de lixo regular ou seletiva ou coleta insuficiente
- Ocupação em áreas de preservação ambiental

#### USO DO SOLO, DRENAGEM E ACESSIBILIDADE / MOBILIDADE

- Poucas linhas de ônibus atendem o bairro/comunidade
- Escadarias são ruins
- Quando chove alaga
- Calçadas estreitas/esburacadas
- Área de alagamento próxima à rios ou córregos
- Não tem ciclovia/ciclofaixa
- Não tem calçada
- Não tem acessibilidade
- Viagem de ônibus é demorada por conta do trânsito
- Área apresenta risco de alagamento
- Não tem acessibilidade para cadeirantes
- A área é deserta /perigosa em alguns horários
- Via com falta de acessibilidade
- Viagem de ônibus demorada por conta do trânsito





Além daqueles, o GT-POT sugeriu mais dois temas, que passaram a ser mais duas Oficinas Temáticas.

SISTEMA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

- Sistema de planejamento territorial integrado
- Conflitos de competência e atribuições entre conselhos
- Gestão de fundos de financiamento e sistemas de informação para o planejamento



• Estratégias para o ordenamento do território e macrozoneamento, a partir de uma síntese das discussões temáticas.



#### **OFICINAS TEMÁTICAS**

Temas coletados pela participação da sociedade nas Leituras Comunitárias, na plataforma digital do PD e no GT-POT para serem debatidos nas Oficinas Temáticas.

Nas Oficinas Temáticas foram geradas propostas para o Plano Diretor. Elas foram pontuadas e analisadas.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E INCLUSÃO SOCIAL

EQUIDADE
SOCIOTERRITORIAL,
HABITAÇÃO E
REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA

PATRIMÔNIO CULTURAL

PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA, FUNÇÃO SOCIAL E FINANCIAMENTO URBANO

MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SANEAMENTO AMBIENTAL

USO DO SOLO,
DRENAGEM E
ACESSIBILIDADE /
MOBILIDADE

SISTEMA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

ORDENAMENTO
TERRITORIAL E
INSTRUMENTOS

#### Desenvolvimento Econômico Sustentável e Inclusão Social

## Princípios, objetivos e diretrizes Ordenamento Territorial Política Setorial

Gestão Democrática

Conceitos e premissas

Instrumentos e Zonas Especiais

Estratégias

Disposições Finais

#### **Pontos Principais**

- Garantir a permanência das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) com melhor definição de seus parâmetros urbanísticos
- Transformar edificações ociosas em espaços produtivos populares, principalmente na região central da cidade
- Recuperar o centro tradicional com moradia e dinamização econômica
- Reconhecer centralidades informais, dinamizar novas e fortalecer as existentes
  - Reconhecer e regulamentar o comércio informal
  - Política urbana e de desenvolvimento econômico específica para atividades econômicas informais e pescadores
  - Estimular atividades econômicas ligadas à pesca como estratégia de proteção aos rios
  - Creches com horários noturnos, localizadas em áreas comerciais e residenciais
    - Ampliar políticas de empreendedorismo para mulheres
    - Infraestrutura, equipamentos públicos, serviços e comércio voltados para a população idosa
    - Agricultura urbana e segurança alimentar





#### Equidade Socioterritorial, Habitação e Regularização Fundiária

#### **Pontos Principais**



Regulamentação do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), estabelecendo Coeficiente de Aproveitamento Básico Único e Unitário para toda a cidade, com recursos a serem aplicados em um fundo de desenvolvimento urbano com rubrica para Habitação de Interesse Social (HIS), Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), Infraestrutura urbana e equipamentos e serviços públicos



Regulamentar o PEUC (Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios), o IPTU-Progressivo e sucedâneos e destinar os imóveis arrecadados para HIS



Regulamentar Imóveis Especiais de Interesse Social (IEIS), recuperá-los e gerir o pós-ocupação



Reservar áreas com parâmetros urbanísticos específicos para HIS e criar Banco de Terras



Instituir um banco de imóveis ociosos para moradia popular



Destinar imóveis ociosos no centro para HIS e Equipamentos Públicos



Transformar todas as Comunidades de Interesse Social (CIS) em ZEIS

- Estabelecer perímetro de transição entre ZEIS e não-ZEIS para possíveis ampliações destas
- Cadastro de imóveis e terrenos ociosos em áreas próximas à ZEIS para incorporação



Definir parâmetros para uso misto em ZEIS



Fortalecer o sistema de gestão participativa do PREZEIS





Conceitos e premissas

Ordenamento Territorial

Instrumentos e Zonas Especiais Princípios, objetivos e diretrizes

Estratégias

Política Setorial Gestão Democrática

Disposições Finais

• Quando não for possível a regularização, instituir as Zonas Especiais de Ocupação Transitória (ZEOT) até definição de medidas cabíveis para o reassentamento das famílias em área próxima

#### Equidade Socioterritorial, Habitação e Regularização Fundiária

#### INCORPORADOS PARCIALMENTE

- Transformar todas as Comunidades de Interesse Social (CIS) em ZEIS
  - A transformação de áreas de assentamentos habitacionais espontâneos em ZEIS pressupõe estudos aprofundados e procedimentos específicos definidos pela lei do PREZEIS (n. 14.947/1987); a proposta preliminar traz a incorporação das CIS que se configuram como transbordamento de ZEIS existentes, redefinindo seus perímetros, além da criação da ZEIS Pilar, cujos estudos já haviam sido feitos.

- Estabelecer "perímetro de transição" entre ZEIS e não-ZEIS para possíveis ampliações
  - Os perímetros das ZEIS devem corresponder às áreas de ocupação de interesse social e às áreas adicionais quando definidas no seu plano urbanístico de regularização fundiária.
- Cadastro de imóveis e terrenos ociosos em áreas próximas às ZEIS para incorporação
  - A ZEIS 2 já possibilita a reserva de áreas para regularização fundiária de ZEIS 1 existentes ou para promoção de HIS. Novas ZEIS podem ser criadas a partir da LUOS ou do PREZEIS.
- Quando não for possível a regularização, instituir as Zonas Especiais de Ocupação Transitória (ZEOT) até definição de medidas cabíveis para o reassentamento das famílias em área próxima.
  - O Município não deve incentivar a ocupação ou estimular a permanência de famílias em áreas de risco.

## Conceitos e premissas Estratégias Instrumentos e Zonas Especiais Princípios, objetivos e diretrizes Ordenamento Territorial Política Setorial Gestão Democrática

Disposições Finais

#### **Patrimônio Cultural**

#### **Pontos Principais**

- Fortalecimento institucional da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC)
- Fundo específico para preservação de patrimônio
- Regu
  - Regulamentar instrumentos para viabilizar recursos para recuperação de imóveis
  - Zonas especiais de reconhecimento e proteção de comunidades tradicionais
  - Registro de patrimônio imaterial municipal
- Associar conservação de bens patrimoniais às unidades de paisagem e sua relação com as águas (Rio Capibaribe, ZEPHs e IEPs)
  - Criar conselhos participativos e planos específicos para Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH), com participação social em sua gestão local
- Reconhecer atividades de comércio popular como patrimônio imaterial e criar zonas de proteção incluindo sua significância cultural ao Centro e entorno de Mercados Públicos
- Habitação de interesse Social (HIS) como estratégia de revitalização e preservação de imóveis históricos articular reconhecimento de Imóveis Especiais de Interesse Social e possibilidade de aluguel social
  - Promover ações de Educação Patrimonial





#### Patrimônio Cultural

- Fundo específico para preservação de patrimônio
  - Todo fundo pressupõe a definição das suas fontes de receita. Os recursos auferidos pela cobrança da Outorga Onerosa do Direito de Construir OODC, devem ser destinados a um Fundo específico, no caso o FUNDURB. A priorização da utilização destes recursos se dará no âmbito do Concidade, havendo a previsão para sua aplicação na preservação do patrimônio histórico e cultural. Desta forma, entende-se não ser necessária a criação do referido fundo neste momento, podendo ser estabelecido quando da criação da Política Municipal do Patrimônio Cultural, se houver indicação.
- Zonas especiais de reconhecimento e proteção de comunidades tradicionais
  - A ser definido na Política Municipal do Patrimônio Cultural.
- Registro de patrimônio imaterial municipal
  - A ser definido na Política Municipal do Patrimônio Cultural.
- Criar conselhos participativos e planos específicos para Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH), com participação social em sua gestão local
  - Na definição dos planos específicos para as ZEPHs pode ser estabelecido sistema de gestão com participação da sociedade, conforme definição da Política Municipal do Patrimônio Cultural.

#### Propriedade Imobiliária, Função Social e Financiamento Urbano

Estratégias
Instrumentos e Zonas Especiais
Princípios, objetivos e diretrizes
Ordenamento Territorial
Política Setorial
Gestão Democrática

Conceitos e premissas

Disposições Finais

#### **Pontos Principais**



Coeficiente de Aproveitamento Básico Único 1 para a cidade, destinando 50% dos recursos para investimento em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)



Transferência do Direito de Construir (TDC) apenas para áreas com capacidade de infraestrutura e de receber maior adensamento



Regulamentar o PEUC (Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios) e IPTU-Progressivo e destinar recursos para Habitação de Interesse Social (HIS)



Aluguel social em imóveis subutilizados



Requalificar imóveis vagos no Centro e outras Centralidades para HIS



Priorizar HIS no Centro para diminuir deslocamentos e revitalizar a área



Transformar todas as Comunidades de Interesse Social (CIS) em ZEIS



Destinar recursos dos instrumentos urbanísticos para o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS)



Fortalecer o Conselho da Cidade visando maior controle social e gestão democrática



Discutir a aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano no Conselho da Cidade

- Cota de solidariedade
- Fim do direito de protocolo



Operações urbanas para Projetos Urbanos





#### Propriedade Imobiliária, Função Social e Financiamento Urbano

#### INCORPORADOS PARCIALMENTE

#### Transformar todas as Comunidades de Interesse Social (CIS) em ZEIS

 A transformação de áreas de assentamentos habitacionais espontâneos em ZEIS pressupõe estudos aprofundados e procedimentos específicos definidos pela lei do PREZEIS (n. 14.947/1987); a proposta preliminar traz a incorporação das CIS que se configuram como transbordamento de ZEIS existentes, redefinindo seus perímetros, além da criação da ZEIS Pilar, cujos estudos já haviam sido feitos.

#### **NÃO INCORPORADOS NA PROPOSTA PRELIMINAR**

#### Cota de solidariedade

 A Cota de Solidariedade é um instrumento relativamente novo que requer maior aprofundamento para incorporação no Plano Diretor. Espera-se que na discussão da proposta preliminar do Plano Diretor sejam amadurecidos conceitos que subsidiem a incorporação da cota de solidariedade à proposta final.

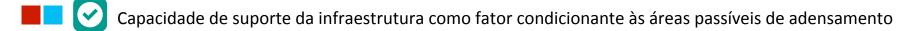
#### Fim do direito de protocolo

 O "Direito de Protocolo" é regra de transição necessária à segurança jurídica de projetos e empreendimentos em curso na cidade. A regra proposta é semelhante à utilizada na lei nº 16.719/2001 (ARU – Lei dos 12 Bairros), considerada uma referência de legislação urbanística no Recife.

#### Meio Ambiente, Sustentabilidade, Mudanças Climáticas e Saneamento Ambiental

#### **Pontos Principais**

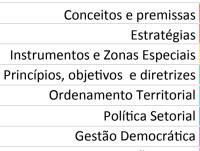


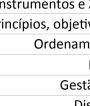


- Recursos da OODC para investir nas ZEIS
  - Priorizar investimentos em infraestrutura de saneamento nas Comunidades de Interesse Social (CIS)
  - Valorizar os recursos hídricos, a paisagem e sua relação com a cidade
- Priorizar investimentos em infraestrutura para transporte ativo e arborização nas ilhas de calor da cidade
  - Rever o perímetro urbano e instituir Zona Rural como estratégia de conservação de áreas verdes
  - Educação ambiental
  - Inclusão de catadores na gestão de resíduos sólidos
  - Conservar áreas permeáveis a partir da adoção de tecnologias ecossociais (permacultura, agroecologia etc.)
  - Reuso de águas pluviais
  - Renaturalizar margens dos percursos d'água









Gestão Democrática Disposições Finais

Estratégias

#### Meio Ambiente, Sustentabilidade, Mudanças Climáticas e Saneamento Ambiental

#### **INCORPORADOS PARCIALMENTE**

- Conservar áreas permeáveis a partir da adoção de tecnologias ecossociais (permacultura, agroecologia etc.)
  - Incorporado com diretriz para as ZANs e UCNs

- Priorizar investimentos em infraestrutura de saneamento nas Comunidades de Interesse Social (CIS)
  - A Política Municipal de Saneamento prevê prioridade de investimentos em infraestrutura de saneamento nas Comunidades de Interesse Social (CIS) integrantes de ZEIS.
- Rever o perímetro urbano e instituir Zona Rural como estratégia de conservação de áreas verdes
  - A definição de uma Zona Rural não é o único instrumento para conservação de áreas verdes e definição de padrões de ocupação menos densos. A maior parte das áreas sugeridas como nova Zona Rural sobrepõem-se com Unidades de Conservação da Natureza – UCNs, que por sua vez possuem Planos de Manejo, instrumento que possibilita a definição de parâmetros e usos compatíveis com as características ambientais destas áreas.
  - As Zonas do Ambiente Natural (ZAN) do atual Plano Diretor foram reconfiguradas, permitindo a regulação das referidas áreas de forma mais clara.

# Conceitos e premissas Estratégias Instrumentos e Zonas Especiais Princípios, objetivos e diretrizes Ordenamento Territorial Política Setorial Gestão Democrática Disposições Finais

#### Uso do Solo, Drenagem e Acessibilidade/ Mobilidade

#### **Pontos Principais**

- Fundo urbanístico com recursos específicos para mobilidade, Habitação de Interesse Social (HIS), arborização, transporte ativo e coletivo, acessibilidade
- Priorizar adensamento nos eixos de mobilidade, considerando elementos naturais, históricos e capacidade de suporte
  - Cota de solidariedade para HIS em empreendimentos de impacto
- Coeficiente Básico Unitário para a cidade
- Incentivar o uso misto de edificações, com habitação, comércio e serviços
  - Reabilitação de imóveis vazios ou subutilizados no centro
  - Articular rede de centralidades e promover mix de equipamentos públicos, serviços e comércio
  - Arborização de calçadas priorizando áreas com maior fluxo de pedestres e planejamento de rotas estratégicas de articulação
  - Desenho universal nas centralidades e eixos estruturadores e acessibilidade universal nas calçadas





#### Uso do Solo, Drenagem e Acessibilidade/ Mobilidade

- Cota de solidariedade para HIS em empreendimentos de impacto
  - A Cota de Solidariedade é um instrumento relativamente novo que requer um maior aprofundamento para a sua incorporação. A regulamentação do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV), em finalização no Conselho da Cidade, prevê a provisão de Habitação de Interesse Social em casos específicos.

# Conceitos e premissas Estratégias Instrumentos e Zonas Especiais Princípios, objetivos e diretrizes Ordenamento Territorial Política Setorial Gestão Democrática Disposições Finais

#### Sistema de Gestão Democrática, Participação e Controle Social

#### **Pontos Principais**

- Promover novos instrumentos de participação: plebiscito administrativo e consulta pública online
- Audiências públicas obrigatórias para obras de grande porte, intervenções em ZEIS e Imóveis Históricos e legislação urbanística
- Extinção do Conselho de Desenvolvimento Urbano e repasse de atribuições para Câmara Técnica do Conselho da Cidade
- Fortalecer o Conselho da Cidade e seu papel como instância de unificação e coordenação da política urbana municipal
- Que o Conselho da Cidade defina prioridades e fiscalize a aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano
  - Criar câmara técnica para monitoramento e gestão do Plano Diretor no Conselho da Cidade
  - Paridade de gênero nos Conselhos e o estabelecimento de caráter deliberativo e autônomo
  - Instituir conselhos para Zonas Especiais
- Unificar o acesso a informações sobre políticas e projetos urbanos, criando sites e espaços de referência nos bairros
  - Reestruturar o Fórum do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS) e inseri-lo no monitoramento do Plano Diretor

#### Sistema de Gestão Democrática, Participação e Controle Social

#### INCORPORADOS PARCIALMENTE

- Unificar o acesso a informações sobre políticas e projetos urbanos, criando sites e espaços de referência nos bairros
  - Só não foi incorporada a criação de espaços de referência nos bairros.

- Promover novos instrumentos de participação: plebiscito administrativo e consulta pública online
  - São instrumentos que não correspondem ao conteúdo previsto para o Plano Diretor, conforme metodologia adotada.
- Audiências públicas obrigatórias para obras de grande porte, intervenções em ZEIS e imóveis históricos, bem como legislação urbanística
  - A lei específica de regulamentação do EIV regulará a obrigatoriedade de realização de Audiências Públicas para obras de grande porte e empreendimentos de impacto.
  - As ZEIS permanecem regidas pelo sistema de participação do PREZEIS.
  - Cada imóvel histórico, a depender do seu nível de proteção (Imóvel Especial de Preservação IEP, Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural –ZEPH) ou jurisdição (municipal, estadual ou federal), obedece a rito específico de licenciamento.
- Reestruturar o Fórum do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS) e inseri-lo no monitoramento do Plano Diretor
  - Entendemos que este ponto deve ser mais aprofundado junto à instância do PREZEIS para ser incorporado na proposta final do Plano Diretor.

#### Sistema de Gestão Democrática, Participação e Controle Social

- Extinção do Conselho de Desenvolvimento Urbano e repasse de atribuições para Câmara Técnica do Conselho da Cidade
  - A proposta preliminar entende o papel do CONCIDADE dentro do Sistema de Gestão com foco nas Políticas
     Urbanas, e mantem como atribuições específicas do CDU aquelas pertinentes exclusivamente ao Licenciamento e
     Controle Urbano, extinguindo a atual sobreposição de atribuições entre esses conselhos.
- Criar câmara técnica para monitoramento e gestão do Plano Diretor no Conselho da Cidade
  - Já é atribuição do CONCIDADE fazer o monitoramento do Plano Diretor. A forma de operacionalizar esta atribuição deve ser aprofundada no âmbito do próprio Conselho, sem a necessidade de criação de Câmara Técnica específica.
- Paridade de gênero nos Conselhos e o estabelecimento de caráter deliberativo e autônomo
  - Questões relacionadas a paridade de gênero nos Conselhos e seu caráter deliberativo, vinculativo ou não, devem ser objeto de discussão no âmbito da Lei Orgânica do Município.
- Instituir conselhos para Zonas Especiais
  - As Zonas Especiais de Interesse Social já possuem um sistema próprio de participação definido no PREZEIS e as ZEPHs, quando pertinente, podem ter instâncias de gestão participativa em função das leis específicas que instituírem seus Planos Específicos.



